

ÁGUAS DE SÃO FRANCISCO CONCESSIONÁRIA DE SANEAMENTO S.A.

CNPJ: 19.161.754/0001-51

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 1º de janeiro de 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020			Passivo	Nota	2021		
		2020	01/01/2020	(Reapresentado)			2020	01/01/2020	(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	355	37	70	Fornecedores e empreiteiros	11	2.284	2.726	918
Contas a receber de clientes	6	2.762	2.028	1.013	Empréstimos	12	5.812	5.417	4.215
Tributos a recuperar	7	602	1.095	1.285	Obrigações trabalhistas e sociais	13	527	548	840
Instrumentos financeiros derivativos	20	1.550	2.726	243	Obrigações fiscais		160	96	67
Outros créditos		5	22	59	Imposto de renda e contribuição social		85	-	-
Total do ativo circulante		5.274	5.908	2.670	Outras contas a pagar		50	73	31
Contas a receber de clientes	6	1.216	397	209	Total do passivo circulante		8.918	8.860	6.071
Tributos a recuperar	7	57	-	-	Fornecedores e empreiteiros	11	508	-	-
Ativo fiscal diferido	19	12.593	-	44	Empréstimos	12	23.074	26.821	24.820
Depósitos judiciais	14	363	386	353	Provisão para demandas judiciais	14	1.698	1.589	1.338
Instrumentos financeiros derivativos	20	10.914	10.235	3.741	Passivo fiscal diferido	19	-	722	-
Total do realizável a longo prazo		25.143	11.018	4.347	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	37.930	22.738	14.142
Imobilizado		204	143	-	Outras contas a pagar		30	-	-
Ativo de contrato da concessão	9	5.230	5.021	3.856	Total do passivo não circulante		63.240	51.870	40.300
Intangível	10	44.004	32.202	27.581	Total do passivo		72.158	60.730	46.371
Total do ativo não circulante		74.581	48.384	35.784	Patrimônio líquido	15			
					Capital social		39.376	39.376	39.376
					Ajuste de avaliação patrimonial		1.236	1.662	238
					Prejuízos acumulados		(32.915)	(47.476)	(47.531)
					Total do patrimônio líquido		7.697	(6.438)	(7.917)
					Total do passivo e patrimônio líquido		79.855	54.292	38.454

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)	Nota	2020	
		2020	(Reapresentado)
Receita operacional líquida	16	24.849	15.705
Custos dos serviços prestados	17	(19.694)	(11.887)
Lucro bruto		5.155	3.818
Despesas administrativas e gerais	17	(2.239)	(2.533)
Outras receitas operacionais		171	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		3.087	1.285
Receitas financeiras	18	15.909	18.861
Despesas financeiras	18	(17.053)	(20.058)
Resultado financeiro		(1.144)	(1.197)
Resultado antes dos impostos		1.943	88
Imposto de renda e contribuição social	19	12.618	(33)
Lucro líquido do exercício		14.561	55

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)	Nota	2020	
		2020	(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício		14.561	55
Outros resultados abrangentes:			
Valor justo de derivativos	20	(645)	2.157
IR/CS sobre valor justo de derivativos	20	219	(733)
Resultado abrangente total		14.135	1.479

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)	Nota	2020	
		2020	(Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		1.943	88
Ajustes para:			
Amortização e depreciação	17	1.793	1.343
Provisão para demandas judiciais	14 e 17	101	357
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	6 e 17	591	582
Baixa de títulos do contas a receber	6 e 17	281	310
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	18 e 20	(2.331)	(8.875)
Encargos sobre empréstimos	12 e 18	997	1.353
Amortização do custo de captação	12	107	107
Variação cambial	12 e 18	2.180	8.419
Provisão (Reversão) de ajuste a valor presente de clientes	6 e 18	88	(49)
Atualização monetária das demandas judiciais	14	32	16
		5.782	3.651
Variações nos ativos e passivos (Aumento)/Diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes	(2.513)		(2.046)
Tributos a recuperar	447		198
Depósitos judiciais	23		(33)
Outros créditos	17		37
Aumento/(Diminuição) dos passivos			
Fornecedores e empreiteiros	66		1.808
Obrigações trabalhistas e sociais	(21)		(292)
Obrigações fiscais	64		27
Pagamento de demandas judiciais	14	(24)	(122)
Outras contas a pagar	(33)		44
Juros pagos	12	(1.132)	(1.615)
Imposto de renda e contribuição social pagos	19	(404)	(8)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		2.272	1.649
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(48)	-
Aquisição de ativo de contrato da concessão	9	(13.643)	(7.020)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		(13.691)	(7.020)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Empréstimos pagos	12	(5.640)	(5.313)
Instrumentos financeiros derivativos recebidos		2.185	2.055
Conta corrente líquida - partes relacionadas		15.192	8.596
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		11.737	5.338
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		318	(33)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	37	70
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	355	37
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		318	(33)

Fluxos de caixa das atividades operacionais

Resultado antes dos impostos 1.943 88
Ajustes para:
Amortização e depreciação 17 1.793 1.343
Provisão para demandas judiciais 14 e 17 101 357
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa 6 e 17 591 582
Baixa de títulos do contas a receber 6 e 17 281 310
Ganho com instrumentos financeiros derivativos 18 e 20 (2.331) (8.875)
Encargos sobre empréstimos 12 e 18 997 1.353
Amortização do custo de captação 12 107 107
Variação cambial 12 e 18 2.180 8.419
Provisão (Reversão) de ajuste a valor presente de clientes 6 e 18 88 (49)
Atualização monetária das demandas judiciais 14 32 16

Variações nos ativos e passivos (Aumento)/Diminuição dos ativos

Contas a receber de clientes (2.513) (2.046)
Tributos a recuperar 447 198
Depósitos judiciais 23 (33)
Outros créditos 17 37
Aumento/(Diminuição) dos passivos
Fornecedores e empreiteiros 66 1.808
Obrigações trabalhistas e sociais (21) (292)
Obrigações fiscais 64 27
Pagamento de demandas judiciais 14 (24) (122)
Outras contas a pagar (33) 44
Juros pagos 12 (1.132) (1.615)
Imposto de renda e contribuição social pagos 19 (404) (8)

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais 2.272 1.649

Fluxo de caixa de atividades de investimento

Aquisição de imobilizado (48) -
Aquisição de ativo de contrato da concessão 9 (13.643) (7.020)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento (13.691) (7.020)

Fluxo de caixa de atividades de financiamento

Empréstimos pagos 12 (5.640) (5.313)
Instrumentos financeiros derivativos recebidos 2.185 2.055
Conta corrente líquida - partes relacionadas 15.192 8.596

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento 11.737 5.338

Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa 318 (33)

Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro 5 37 70
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro 5 355 37

Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa 318 (33)

resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

• A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atrasso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iv) *Compensação*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, swaps de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

No início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

continua →

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Ajuste avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020		39.376	238	(39.528)	86
Ajustes de reapresentação	5	-	-	(8.003)	(8.003)
Saldos em 1º de janeiro de 2020 - Reapresentado		39.376	238	(47.531)	(7.917)
Valor justos de derivativos		-	1.424	-	1.424
Lucro líquido do exercício		-	-	55	55
Saldos em 31 de dezembro de 2020 - Reapresentado		39.376	1.662	(47.476)	(6.438)
Valor justos de derivativos	20	-	(426)	-	(426)
Lucro líquido do exercício		-	-	14.561	14.561
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		39.376	1.236	(32.915)	7.697

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Águas de São Francisco Concessionária de Saneamento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Barcarena, Estado do Pará. A Companhia foi constituída em 14 de outubro de 2013, iniciando efetivamente suas operações em fevereiro de 2014, de acordo com o Contrato de Concessão nº 02.117/2014 firmado com a Prefeitura Municipal de Barcarena, concessão obtida pela Companhia mediante participação no processo licitatório nº 3-001/2013.

O objeto do referido contrato de concessão consiste na exploração dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário outorgados no município de Barcarena, Estado do Pará, sob o regime de concessão, pelo prazo de 30 anos, prorrogável por igual período.

Segmento Operacional

A Administração da Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

COVID-19

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde "OMS", declarou pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19). Com a disseminação dos casos no Brasil e com políticas de saúde preventivas, alguns Estados, adotaram medida de quarentena, determinando que os comércios e serviços não essenciais fossem fechados naquele momento. Neste contexto, a Administração da Companhia vem adotando, medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e a comunidade em que atua. Considerando a disseminação do vírus no Brasil e as implicações para a operação da Companhia, a controladora Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea") acionou de imediato o seu Comitê de Crise, para garantir a segurança de seus funcionários, prestadores de serviços e de toda a população atendida, assegurando a prestação dos seus serviços de água e esgoto, essenciais para a sociedade.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos da COVID-19 em seus negócios, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas demonstrações financeiras. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia está confiante de que irá superar o impacto da COVID-19, garantindo a qualidade nos serviços prestados à população.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Em acréscimo, a Companhia apresenta um balanço patrimonial adicional no início do período mais antigo divulgado, em virtude da reapresentação retrospectiva de itens nas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial adicional na data-base de 1º de janeiro de 2020 é apresentado nessas demonstrações financeiras devido à reapresentação retrospectiva (nota explicativa nº 4).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 21 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

- Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6);

- Definição de vida útil do ativo imobilizado;

- Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa nº 10);

- Reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das potenciais saídas de recursos (nota explicativa nº 14);

- Reconhecimento de receita (nota explicativa nº 16); e

- Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa nº 19).

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20.

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Receita de contrato com cliente

As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

(i) *Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto*

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação do sistema sanitário, sendo: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes.

(ii) *Outros serviços indiretos de água e esgoto*

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado e, a receita, reconhecida neste momento.

(iii) *Receitas de construção ativo intangível*

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a Companhia efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

Hedges de fluxo de caixa

A Companhia utiliza contratos futuros de moedas como *hedge* de sua exposição ao risco de moeda estrangeira em transações previstas e compromissos firmes. A parcela ineficaz referente a contratos em moeda estrangeira é reconhecida como despesa financeira.

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

Para quaisquer outros *hedges* de fluxo de caixa, o montante acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram.

Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

vi) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de variações cambiais ativas e ganho com instrumentos financeiros derivativos. A receita de ganho com instrumentos financeiros derivativos é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com encargos sobre empréstimos, variações cambiais passivas, ajuste a valor presente de clientes, perda com instrumentos financeiros derivativos. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

c) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

d) Ativos intangíveis

São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, sendo está calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo.

e) Redução ao valor recuperável (impairment)

i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

A Administração determinou que a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas de crédito esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber e ativos contratuais

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber e ativos contratuais. A Companhia considera algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência.

As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 20.

ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera

entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses, a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, a Companhia também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

h) Benefícios a empregados

i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

i) Tributos

ii) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia calcula o Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões prevista na legislação tributária, aplicando a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Imposto diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação e o lucro correspondente a operações com Órgãos Públicos ainda não recebidos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Exposições fiscais

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

ii) Tributos sobre prestações de serviços

O PIS/PASEP e COFINS do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados na operação da Companhia.

j) Contratos de concessão de serviços - direito de exploração de infraestrutura

A Companhia aplica a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura recebida e/ou construída pelo concessionário não é registrada como ativo imobilizado, porque os contratos de concessão não transferem ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

k) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria.

l) Novas normas e interpretações

Certas normas e alterações se tornaram vigentes a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos exercícios futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia COVID-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à COVID-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada à COVID-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia da COVID-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, não houve impactos para a Companhia.

m) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, que entrarão em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17 - Contratos de seguro
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

4. Reapresentação de valores correspondentes

Após realização de investigação independente contratada pelo Conselho de Administração da Controladora Aegae Saneamento e Participações S.A., para averiguar as alegações de fato e desdobramentos relacionadas à Operação Lama Asfáltica (deflagrada pela Polícia Federal em 11 de maio de 2017, na qual sua controlada indireta Águas Guariroba S.A. foi alvo de procedimentos investigatórios), e após a mensuração dos efeitos pela Administração, foi constatada a necessidade de realizar correções retrospectivas nos saldos contábeis da Companhia, relacionadas principalmente à capitalização de ativos intangíveis (CPC 04 - R1) e respectivos efeitos tributários. Conseqüentemente, os saldos de abertura dos valores correspondentes, assim como, os valores referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados. Com isso, os impactos referentes ao tema são definitivos uma vez que a investigação independente contratada pelo Conselho de Administração da Controladora indireta foi encerrada.

O quadro a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

	31 de dezembro de 2020		1º de janeiro de 2020	
	Anterior-mente apre-sentado	Reapre-sentado	Anterior-mente apre-sentado	Reapre-sentado
<i>(Em milhares de Reais)</i>				
Ativo				
Total do ativo circulante	5.908	—	5.908	2.670
Total do realizável				
a longo prazo	11.018	—	11.018	4.347
Intangível (a)	38.593	(6.391)	32.202	34.246
Demais saldos	5.164	—	5.164	3.856
Total do ativo não circulante	54.775	(6.391)	48.384	42.449
Total do ativo	60.683	(6.391)	54.292	45.119
Passivo				
Passivo circulante	8.860	—	8.860	6.071
Provisão para demandas judiciais (b)	—	1.589	1.589	—
Demais saldos	50.281	—	50.281	38.962
Total do passivo não circulante	50.281	1.589	51.870	38.962
Patrimônio líquido				
Reserva de Lucros (Prejuízos) acumulados	(39.496)	(7.980)	(47.476)	(39.528)
Demais saldos	41.038	—	41.038	39.614
Total do patrimônio líquido	1.542	(7.980)	(6.438)	86
Total do passivo e patrimônio líquido	60.683	(6.391)	54.292	45.119

ÁGUAS DE SÃO FRANCISCO CONCESSIONÁRIA DE SANEAMENTO S.A.

CNPJ: 19.161.754/0001-51

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Demonstração do resultado	31 de dezembro de 2020		
	Anteriormente		
	apresentado	Ajustes	Reapresentado
(Em milhares de Reais)			
Receita operacional líquida	15.705	-	15.705
Custos dos serviços prestados (a)	(12.161)	274	(11.887)
Lucro bruto	3.544	274	3.818
Despesas administrativas e gerais (b)	(2.299)	(234)	(2.533)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	1.245	40	1.285
Receitas financeiras	18.861	-	18.861
Despesas financeiras (b)	(20.041)	(17)	(20.058)
Resultado financeiro	(1.180)	(17)	(1.197)
Resultado antes dos impostos	65	23	88
Imposto de renda e contribuição social (b)	(33)	-	(33)
Lucro líquido do exercício	32	23	55

Demonstração do fluxo de caixa	31 de dezembro de 2020		
	Anteriormente		
	apresentado	Ajustes	Reapresentado
(Em milhares de Reais)			
Lucro antes dos impostos	65	23	88
Amortização e depreciação (a)	1.617	(274)	1.343
Provisão para demandas judiciais (b)	122	235	357
Atualização monetária das demandas judiciais (b)	-	16	16
Demais saldos	(155)	-	(155)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.649	-	1.649
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(7.020)	-	(7.020)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	5.338	-	5.338
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(33)	-	(33)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	70	-	70
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	37	-	37

a) Corresponde à baixa de ativos intangíveis indevidamente capitalizados anteriormente, assim como a reversão de suas respectivas amortizações.
b) Efeitos tributários, incluindo despesas financeiras, relacionados às baixas mencionadas no parágrafo anterior.

5. Caixa e equivalentes de caixa	2021	2020
	Caixa	1
Bancos conta movimento	354	35
	<u>355</u>	<u>37</u>

6. Contas a receber de clientes	2021	2020
	Serviços de água e esgoto	5.754
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	457	497
(-) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(2.233)	(1.642)
	<u>3.978</u>	<u>2.425</u>

Circulante	2021	2020
	Não circulante	2.762
O vencimento das contas a receber dos serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está assim representado:	1.216	397

Classe de consumidor	Saldos vencidos - 2021					Saldo em 2021
	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Total	
Residencial	713	1.164	576	-	1.740	2.453
Comercial	178	194	71	-	265	443
Industrial	1	2	0	-	2	3
Sector público	72	69	18	45	132	204
Subtotal consumidores	964	1.429	665	45	2.139	3.103
Renegociações (i)	2.270	271	92	18	381	2.651
	<u>3.234</u>	<u>1.700</u>	<u>757</u>	<u>63</u>	<u>2.520</u>	<u>5.754</u>

(i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2021 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 145 calculados individualmente para cada fatura, com base na taxa média de 3,66% a.a. (R\$ 57 e 5,91% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021, foram registrados no resultado do exercício o montante de R\$ 88 de provisão de ajuste a valor presente (R\$ 49 de reversão de ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2020).
A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Natureza	Resultado			Saldo em 2021
	Saldo em 2020	Adições	Reversões	
Privado (ii)	(876)	(1.000)	1.165	(711)
Público	(8)	(122)	29	(101)
Renegociações	(758)	(1.812)	1.149	(1.421)
	<u>(1.642)</u>	<u>(2.934)</u>	<u>2.343</u>	<u>(2.233)</u>

Natureza	Resultado			Saldo em 2020
	Saldo em 2019	Adições	Reversões	
Privado (ii)	(595)	(803)	522	(876)
Público	(10)	(6)	8	(8)
Renegociações	(455)	(615)	312	(758)
	<u>(1.060)</u>	<u>(1.424)</u>	<u>842</u>	<u>(1.642)</u>

Natureza	Resultado			Total em 2021
	Baixas	Recuperações (iii)		
Privado (ii)	(756)	502		(254)
Público	(30)	-		(30)
Renegociações	(261)	264		3
	<u>(1.047)</u>	<u>766</u>		<u>(281)</u>

Natureza	Resultado			Total em 2020
	Baixas	Recuperações (iii)		
Privado (ii)	(444)	194		(250)
Público	(3)	-		(3)
Renegociações	(232)	175		(57)
	<u>(679)</u>	<u>369</u>		<u>(310)</u>

(i) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial.
(ii) Títulos anteriormente baixados para o resultado foram recuperados com ação da Companhia por meio de cobranças e acordos que resultaram em novos parcelamentos ou recebimento de caixa.

7. Impostos a recuperar	2021	2020
	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	424
Outros impostos a recuperar	235	2
	<u>659</u>	<u>1.095</u>
Circulante	602	1.095
Não circulante	57	-

8. Transações com partes relacionadas
Remuneração de pessoal-chave da administração
As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, estão registradas no resultado do exercício, pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2021, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R\$ 4 (R\$ 254 em 31 de dezembro de 2020).

Controladora
A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 100% das ações que representam o seu capital social.
Outras transações com partes relacionadas
Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e companhias a eles relacionadas e companhias do mesmo grupo econômico.
As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

Ativo não circulante	2021	2020
Aquisições de ativo de contrato da concessão no exercício	562	1.059
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (c)	562	1.059
	<u>562</u>	<u>1.059</u>

Passivo circulante	2021	2020
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 11)	47	40
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	198	1.001
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (c)	-	43
Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. (d)	13	12
GSS - Gestão de Sistema de Saneamento Ltda. (b)	39	28
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	297	1.124

Passivo não circulante	2021	2020
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	37.930	22.738
Aegea Saneamento e Participações S.A. (e)	38.227	23.862
	<u>37.930</u>	<u>22.738</u>

Resultado do exercício	2021	2020
Custos dos serviços prestados	(550)	(534)
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	(140)	(129)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(359)	(320)
	<u>(499)</u>	<u>(449)</u>

Despesas de vendas, administrativas e gerais	2021	2020
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	(550)	(534)
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	(12)	-
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(5)	-
	<u>(562)</u>	<u>(539)</u>
	<u>(1.061)</u>	<u>(988)</u>

(a) Refere-se a serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados ("CAA" - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação.
(b) Refere-se a serviços de locação de veículos prestados pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. e serviço de desenvolvimento e manutenção de software prestados pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.
(c) Refere-se a contratação de serviços associada a obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário.
(d) Refere-se a repasse de gastos administrativos e operacionais.
(e) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no passivo não circulante e refere-se à movimentação financeira para suprimento de caixa, sem remuneração específica e sem prazo de vencimento.

9. Ativo de contrato da concessão	2021	2020
Ativo de contrato da concessão	5.230	5.021
	<u>5.230</u>	<u>5.021</u>

Ativo de contrato da concessão	2021			
	Custo	Adições	Transferências	Custo
	5.021	13.779	(13.570)	5.230
	<u>5.021</u>	<u>13.779</u>	<u>(13.570)</u>	<u>5.230</u>

Ativo de contrato da concessão	2020			
	Custo	Adições	Transferências	Custo
	3.856	7.272	(6.107)	5.021
	<u>3.856</u>	<u>7.272</u>	<u>(6.107)</u>	<u>5.021</u>

(i) Os juros sobre empréstimos são capitalizados nos ativos qualificáveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram capitalizados R\$ 136 a uma taxa média de 3,91% a.a. (R\$ 252 e 6,45% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

Direito de exploração da infraestrutura	2021					2020
	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Custo	Amortização	Líquido	
Instalações técnicas de saneamento	de 05 a 29	4,1%	22.207	(1.190)	21.017	12.154
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 29	3,7%	25.584	(4.756)	20.828	18.724
Máquinas e equipamentos	de 05 a 30	7,1%	2.892	(800)	2.092	1.255
Outros componentes	26	3,8%	80	(13)	67	69
			<u>50.763</u>	<u>(6.759)</u>	<u>44.004</u>	<u>32.202</u>

Direito de exploração da infraestrutura	2020					2020
	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Custo	Amortização	Líquido	
Instalações técnicas de saneamento	de 05 a 29	3,9%	12.662	(508)	12.154	7.528
Edificações de estações de tratamento	de 05 a 29	3,6%	22.557	(3.833)	18.724	18.953
Máquinas e equipamentos	de 05 a 30	7,0%	1.894	(639)	1.255	849
Outros componentes	26	3,8%	80	(11)	69	250
			<u>37.193</u>	<u>(4.991)</u>	<u>32.202</u>	<u>27.580</u>

Direito de exploração da infraestrutura	2020					2020
	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Custo	Amortização	Líquido	
Instalações técnicas de saneamento	de 05 a 29	3,9%	12.662	(508)	12.154	7.528
Edificações de estações de tratamento	de 05 a 29	3,6%	22.557	(3.833)	18.724	18.953
Máquinas e equipamentos	de 05 a 30	7,0%	1.894	(639)	1.255	849
Outros componentes	26	3,8%	80	(11)	69	250
			<u>37.193</u>	<u>(4.991)</u>	<u>32.202</u>	<u>27.580</u>

Direito de exploração da infraestrutura	2020					2020
	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Custo	Amortização	Líquido	
Instalações técnicas de saneamento	de 05 a 29	3,9%	12.662	(508)	12.154	7.528
Edificações de estações de tratamento	de 05 a 29	3,6%	22.557	(3.833)	18.724	18.953
Máquinas e equipamentos	de 05 a 30	7,0%	1.894	(639)	1.255	849
Outros componentes	26	3,8%	80	(11)	69	250
			<u>37.193</u>	<u>(4.991)</u>	<u>32.202</u>	<u>27.580</u>

Direito de exploração da infraestrutura	2020					2020
	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Custo	Amortização	Líquido	
Instalações técnicas de saneamento	de 05 a 29	3,9%	12.662	(508)	12.154	7.528
Edificações de estações de tratamento	de 05 a 29	3,6%	22.557	(3.833)	18.724	18.953
Máquinas e equipamentos	de 05 a 30	7,0%	1.894	(639)	1.255	849
Outros componentes	26	3,8%	80	(11)	69	250
			<u>37.193</u>	<u>(4.991)</u>	<u>32.202</u>	<u>27.580</u>

Direito de exploração da infraestrutura	2020					2020
	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Custo	Amortização	Líquido	
Instalações técnicas de saneamento	de 05 a 29	3,9%	12.662	(508)	12.154	7.528
Edificações de estações de tratamento	de 05 a 29	3,6%	22.557	(3.833)	18.724	18.953
Máquinas e equipamentos	de 05 a 30	7,0%	1.894	(639)	1.255	849
Outros componentes	26	3,8%	80	(11)	69	250
			<u>37.193</u>	<u>(4.991)</u>	<u>32.202</u>	<u>27.580</u>

Direito de exploração da infraestrutura	2020					2020
	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Custo	Amortização	Líquido	
Instalações técnicas de saneamento	de 05 a 29	3,9%	12.662	(508)	12.154	7.528
Edificações de estações de tratamento	de 05 a 29	3,6%	22.557	(3.833)	18.724	18.953
Máquinas e equipamentos	de 05 a 30	7,0%	1.894	(639)	1.255	849
Outros componentes	26	3,8%	80	(11)	69	250
			<u>37.193</u>	<u>(4.991)</u>	<u>32.202</u>	<u>27.580</u>

Direito de exploração da infraestrutura	2020					2020
	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Custo	Amortização	Líquido	
Instalações técnicas de saneamento	de 05 a 29	3,9%	12.662	(508)	12.154	7.528
Edificações de estações de tratamento	de 05 a 29	3,6%	22.557	(3.833)	18.724	18.953
Máquinas e equipamentos	de 05 a 30	7,0%	1.894	(639)	1	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

14. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributárias e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.

A Administração, com base nas avaliações dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas com as ações em curso, assim como, vem mantendo seus compromissos de depositar recursos judicialmente, quando requerido nos andamentos processuais, apresentando as seguintes posições:

Natureza	Depósitos judiciais		Demandas judiciais	
	2021	2020	2021	2020
Cíveis	-	-	-	-
Trabalhistas	232	255	77	-
Tributárias	131	131	1.621	1.589
	<u>363</u>	<u>386</u>	<u>1.698</u>	<u>1.589</u>

Movimentação da provisão para demandas judiciais

Natureza	Resultado			
	2020 (Reapresentado)	Adições	Pagamentos	Atualização monetária
Cíveis	-	24	(24)	-
Trabalhistas	-	77	-	77
Tributárias	1.589	-	-	32
	<u>1.589</u>	<u>101</u>	<u>(24)</u>	<u>32</u>

Natureza	Resultado		Resultado	
	2019 (Reapresentado)	Adições	Pagamentos	Atualização monetária
Cíveis	-	49	(49)	-
Trabalhistas	-	73	(73)	-
Tributárias	1.338	235	-	16
	<u>1.338</u>	<u>357</u>	<u>(122)</u>	<u>16</u>

Demandas judiciais possíveis

As demandas judiciais passivas não reconhecidas referentes a processos avaliados pelos seus assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível. Em 31 de dezembro de 2021 somavam o montante de R\$ 13 (R\$ 37 em 31 de dezembro de 2020), não existindo processo de valor individual significativo, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais que totalizam um montante de R\$ 363 (R\$ 386 em 31 de dezembro de 2020). O principal depósito está relacionado ao processo 1008414-23.2019.4.01.3400 referente a incidência de INSS sobre verbas da folha de pagamento. O valor do depósito judicial em 31 de dezembro de 2021 é R\$ 131 (R\$ 131 em 31 de dezembro de 2020).

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social integralizado é de R\$ 39.376 e está representado por 39.375.578 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

Agea Saneamento e Participações S.A.	<u>100,00%</u>
--------------------------------------	----------------

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos reconhecidos em outros resultados abrangentes, bem como os respectivos efeitos tributários.

c) Prejuízos acumulados

É constituído pelos prejuízos acumulados do exercício corrente e anteriores e será compensado pelos lucros futuros.

16. Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	9.456	7.889
Outros serviços indiretos de água	1.686	1.129
Serviços de esgoto	1.280	372
Outros serviços indiretos de esgoto	66	11
Receitas de construção ativo intangível	13.780	7.272
Total receita bruta	<u>26.268</u>	<u>16.673</u>
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(291)	(108)
(-) Impostos sobre serviços	(1.128)	(860)
Total da receita operacional líquida	<u>24.849</u>	<u>15.705</u>
17. Custos e despesas por natureza		

	2021	2020
Pessoal	(703)	(754)
Serviços de terceiros	(1.099)	(948)
Amortização e depreciação	(1.793)	(1.343)
Custo de concessão	(299)	(292)
Custo de construção - ativo intangível	(13.780)	(7.272)
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(591)	(582)
Baixa de títulos do contas a receber	(281)	(310)
Provisão para demandas judiciais	(101)	(357)
Energia elétrica	(1.934)	(1.562)
Produtos químicos	(556)	(220)
Locação	(412)	(320)
Outros	(384)	(460)
	<u>(21.933)</u>	<u>(14.420)</u>
Custos dos serviços prestados	(19.694)	(11.887)
Despesas administrativas e gerais	(2.239)	(2.533)

18. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas		
Variações cambiais ativas	5.513	9.740
Ganho com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 20)	9.848	8.875
Outras receitas financeiras	548	246
Receitas financeiras	<u>15.909</u>	<u>18.861</u>
Despesas		
Encargos sobre empréstimos	(997)	(1.353)
Variações cambiais passivas	(7.693)	(18.159)
(Provisão) Reversão de ajuste a valor presente de clientes	(88)	49
Perda com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 20)	(7.517)	-
Outras despesas financeiras	(758)	(595)
Despesas financeiras	<u>(17.053)</u>	<u>(20.058)</u>
Resultado financeiro	<u>(1.144)</u>	<u>(1.197)</u>

19. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está apresentada como segue:

	2021	2020
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	1.943	88
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(661)	(30)
Reversões (Despesas) indedutíveis	20	(167)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias reconhecida (não reconhecido) (i)	586	144
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido (j)	12.567	(4)
PAT	19	-
IRPJ/CSLL s/ SELIC repetição de indébito tributário	57	-
Outras diferenças permanentes	30	24

Imposto de renda e contribuição social:

Corrente	(478)	-
Diferido	13.096	(33)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>12.618</u>	<u>(33)</u>
Alíquota efetiva	<u>(649%)</u>	<u>38%</u>

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos

	2021	2020
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados	(478)	-
Antecipação de IRPJ e CSLL	(22)	(8)
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	96	-
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração dos fluxos de caixa	<u>(404)</u>	<u>(8)</u>
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente retenções na fonte	68	-
IRPJ/CSLL sobre SELIC repetição de indébito tributário	(57)	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	<u>85</u>	<u>-</u>
	<u>96</u>	<u>-</u>

(i) Ativo fiscal diferido não reconhecido a medida em que não é provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

b) Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2020	Resultado	Patrimônio Líquido	2021
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	759	-	759
Provisão para participação nos lucros	-	123	-	123
Provisão para contingências	-	26	-	26
Ajuste a valor presente	-	49	-	49
Variação cambial	3.693	72	-	3.765
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	12.361	-	12.361
Perda com clientes	-	5	-	5
Baixa por perda parcelamentos	-	13	-	13
Ativo fiscal diferido	<u>3.693</u>	<u>13.408</u>	-	<u>17.101</u>
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão (i)	(773)	(12)	-	(785)
Custo de captação de empréstimos	(216)	36	-	(180)
Instrumentos financeiros derivativos	(856)	-	219	(637)
Variação cambial	(2.570)	58	-	(2.512)
Baixa por perda	-	(394)	-	(394)
Passivo fiscal diferido	<u>(4.415)</u>	<u>(312)</u>	-	<u>(4.508)</u>
(Passivo) Ativo fiscal diferido líquido	<u>(722)</u>	<u>13.096</u>	-	<u>219</u>

	2019	Resultado	Patrimônio Líquido	2020
Variação cambial	1.388	2.305	-	3.693
Ativo fiscal diferido	1.388	2.305	-	3.693
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão (i)	(716)	(57)	-	(773)
Custo de captação de empréstimos	(253)	37	-	(216)
Instrumentos financeiros derivativos	(123)	-	(733)	(856)
Variação cambial	(252)	(2.318)	-	(2.570)
Passivo fiscal diferido	<u>(1.344)</u>	<u>(2.338)</u>	-	<u>(733)</u>
Ativo (passivo) fiscal diferido líquido	<u>44</u>	<u>(33)</u>	-	<u>(722)</u>

(i) O saldo está líquido do imposto da amortização sobre juros capitalizados no ativo de contrato da concessão no montante de R\$ 33 (R\$ 29 em 31 de dezembro de 2020).

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos seguintes itens:

	2021	2020
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-	558
Provisão para participação nos lucros	-	140
Ajuste a valor presente de clientes	-	19
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	12.567
Perda com clientes	-	5
	<u>-</u>	<u>13.289</u>

20. Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 2.233, representando aproximadamente 35,95% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2020, esta provisão era de R\$ 1.642, representando aproximadamente 40,37% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	2021	2020
Bancos conta movimento (nota explicativa nº 5)	354	35
Contas a receber de clientes	3.978	2.425
Instrumentos financeiros derivativos	<u>12.464</u>	<u>12.961</u>
	<u>16.796</u>	<u>15.421</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021						
	Fluxo financeiro	Valor	projetado	Até 12	13 a 24	25 a 36	37 a 48
Passivos	contábil (incluindo juros)	meses	meses	meses	meses	meses	49 meses em diante
Empréstimos	28.886	32.159	6.837	6.634	6.433	6.229	6.026
Fornecedores e empreiteiros	2.792	2.726	2.284	508	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	37.930	37.930	-	-	-	-	37.930
Outras contas a pagar	80	84	52	11	11	10	-
	<u>69.688</u>	<u>72.965</u>	<u>9.173</u>	<u>7.153</u>	<u>6.444</u>	<u>6.239</u>	<u>43.956</u>

	2020						
	Fluxo financeiro	Valor	projetado	Até 12	13 a 24	25 a 36	37 a 48
Passivos	contábil (incluindo juros)	meses	meses	meses	meses	meses	49 meses em diante
Empréstimos	32.238	36.929	6.646	6.450	6.254	6.058	11.521
Fornecedores e empreiteiros	2.726	2.726	2.726	-	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	22.738	22.738	-	-	-	-	22.738
Outras contas a pagar	73	73	73	-	-	-	-
	<u>57.775</u>	<u>62.466</u>	<u>9.445</u>	<u>6.450</u>	<u>6.254</u>	<u>6.058</u>	<u>34.259</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

• Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras e empréstimos.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor contábil	2021	2020
Instrumentos de taxa variável			
Ativos financeiros			
Instrumentos financeiros derivativos		<u>12.464</u>	<u>12.961</u>
Instrumentos de taxa variável			
Passivos financeiros			
Empréstimos		28.356	32.238
Outras contas a pagar		39	-
		<u>28.395</u>	<u>32.238</u>

A Administração da Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2021	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Passivos financeiros								
Empréstimos	(28.886)	Variação do CDI	9,15%	(2.643)	(3.304)	(3.965)	(1.982)	(1.322)
Exposição líquida	(28.886)			(2.643)	(3.304)	(3.965)	(1.982)	(1.322)

Risco de taxas de câmbio

Os riscos de taxas de câmbio decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para contratação de instrumentos financeiros. Para mitigar os riscos de variação cambial, os instrumentos financeiros da Companhia em moeda estrangeira estão cobertos com a contratação de operações de *hedge* através de instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap*.

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

Risco Cambial	Exposição	Unidade	Taxa de câmbio em 2021	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Instrumentos derivativos								
Empréstimos	(5.271)	USD	R\$ 5.5805	(2.023)	(2.529)	(3.035)	(1.517)	(1.012)
Swap - Ponta ativa	5.802	USD	R\$ 5.5805	2.227	2.784	3.340	1.670	1.113
1 + 2 - Exposição líquida	531			204	255	306	153	102

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Ativo	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil		Valor Justo	
				2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa (i)	5	Custo amortizado	Nível 2	355	37	355	37
Contas a receber de clientes (i)	6	Custo amortizado	Nível 2	3.978	2.425	3.978	2.425
Instrumentos financeiros derivativos		Valor justo - Instrumentos de <i>hedge</i>	Nível 2	12.464	12.961	12.464	12.961
Total				16.797	15.423	16.797	15.423
Passivo							
Fornecedores e empreiteiros (i)	11	Custo amortizado	Nível 2	2.792	2.726	2.792	2.726
Empréstimos e debêntures (ii)	12	Custo amortizado	Nível 2	28.886	32.238	30.354	35.650
Outras contas a pagar (i)		Custo amortizado	Nível 2	80	73	80	73
Total				31.758	35.037	33.226	38.449

(i) Para estas operações a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.

(ii) Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hedge Accounting

Instrumentos financeiros derivativos

Os acionistas aprovaram em assembleia, a contratação de contrato de *swap*, com o objetivo de trocar a variação cambial do dólar norte americano por CDI - Certificado de Depósito Interbancário + 2,70%.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia mantém os instrumentos financeiros derivativos de *swap* para a cobertura do risco de câmbio e de taxas, conforme demonstrado:

Derivativo	Nacional	Ativo	Passivo	Mercado	Vencimento	Ativo	
						2021	2020
Swap	USD 6.316	USD + 4,89% a.a.	CDI + 2,70% a.a.	CETIP	15/dezembro/26	12.464	12.961
Circulante						1.550	2.726
Não circulante						10.914	10.235

A Companhia possui como política avaliar a necessidade de adoção de *Hedge Accounting* para as operações utilizadas em sua gestão de riscos financeiros. Sendo assim a Companhia designou a operação apresentada abaixo para *hedge accounting* de fluxo de caixa, a qual apresenta o índice de *hedge* equivalente a 1,0, sendo que os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge* de fluxo de caixa, enquanto não realizados estão registrados no patrimônio líquido, e o valor de *accrual* no resultado conforme demonstrado abaixo:

Diretoria		Contador	
Thiago Augusto Hiromitsu Terada Diretor Presidente	Diego Rafael Dal Magro Diretor Executivo	Itamar Portela Camargo Contador CRC MS 010387/O5S-PA	

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

Aos administradores e aos Acionistas da

Águas de São Francisco Concessionária de Saneamento S.A.

Barcarena – PA

Revisamos as demonstrações financeiras da Águas de São Francisco Concessionária de Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações contábeis (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações financeiras de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguarção limitada. Os procedimentos de revisão aplicados consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.

Instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa:

	Patrimônio Líquido 2020	Variação	Patrimônio Líquido 2021
Riscos de variação cambial	2.517	(645)	1.872
IF/CS diferidos	(855)	219	(636)
Ganhos líquidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	1.662	(426)	1.236
	Resultado 2020		Resultado 2021

Instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa:

Ganhos reconhecidos no resultado do exercício (nota explicativa nº 18)
Para testar a efetividade do *hedge*, a Companhia usa o método do derivativo hipotético comparando as mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* com as mudanças no valor justo dos itens protegidos atribuíveis aos riscos protegidos.

As fontes de inefetividade de *hedge* podem ser oriundas de:

- Índices diferentes (e, conseqüentemente, curvas diferentes) associados ao risco protegido dos itens cobertos e instrumentos de *hedge*;
- O risco de crédito das contrapartes tem um impacto diferente nos movimentos do valor justo dos instrumentos de *hedge* e itens protegidos;
- Alterações na quantia prevista de fluxos de caixa de itens protegidos e instrumentos de *hedge*.

Valor justo

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia está exposta na data do balanço, incluindo todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Administração considera o dólar do cenário base de R\$ 5,5805/US\$. O cenário I é o dólar a R\$ 4,4644/US\$, o cenário II é o dólar a R\$ 3,1889/US\$ e o cenário III é o dólar a R\$ 2,7903. No cenário I, o valor justo dos derivativos será de R\$ 6.063. Nos dois outros cenários, o valor justo dos derivativos será de R\$ (1.251) e R\$ (3.536), respectivamente.

Administração considera como risco a alta do CDI. A Companhia considera como cenário base a curva de taxas referenciais DI x Pré divulgadas pela B3 no dia 31 de dezembro de 2021. A cia. estimou que o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%. Neste caso o valor justo dos derivativos seria de R\$ 12.497, R\$ (12.558), R\$ (12.586), respectivamente.

Administração considera ainda o risco da alta do Cupom Cambial. A Companhia considera como cenário base a curva de taxas referenciais Cupom Limpo divulgadas pela B3 no dia 31 de dezembro de 2021. A cia. estimou que o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%. Neste caso o valor justo dos derivativos seria de R\$ 12.142, R\$ (11.529), R\$ (11.236) respectivamente.

Dessa forma, temos o seguinte quadro demonstrativo de análise de sensibilidade:

Instrumento	Exposição	Risco	Cenários		
			I	II	III
Swap	12.464	Varição do USD Alta na curva do CDI Alta na curva do cupom cambial	6.063 12.497 12.142	(1.251) 12.558 11.529	(3.536) 12.586 11.236

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cobertura de seguros era composta por:

	2021	2020
Danos materiais	124.000	124.000
Responsabilidade civil	100.000	100.000
Executante concessionário	1.447	1.838

22. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui compromisso mensal de pagamento ao Poder Concedente referente à taxa de regulação que corresponde de 3% da arrecadação mensal.

O contrato prevê valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da Concessão em R\$ 188.642.

Os principais marcos contratuais assumidos são: ao final de 2020 atender 58% da população urbana com água tratada; ao final de 2024 deverá atingir 82% de cobertura de água e 38% atendimento de esgotamento sanitário; ao final de 2029, deverá universalizar os serviços de abastecimento de água e ao final de 2037 universalizar o atendimento de esgotamento sanitário e reduzir os índices de perdas em 2020 para 51%, 46% de 2022 e 30% em 2030 até o final da concessão.

23. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações financeiras não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de São Francisco Concessionária de Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, em decorrência da correção de erros relacionados a aplicação do CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e respectivos efeitos tributários, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não está ressaltada em relação a esse assunto.

Campinas, 21 de março de 2022.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP027623/O

José Antonio de A. Navarrete

Contador - CRC-1SP198698/O-4



AGUAS SFRANCISCO DIGITAL 1 pdf

Código do documento 730a8c2a-bf01-49ef-8111-fd10a11fc553



Assinaturas



Antonio Erbeth
antonio.erbeth@oliberal.com.br
Assinou



Eventos do documento

29 Mar 2022, 08:14:37

Documento 730a8c2a-bf01-49ef-8111-fd10a11fc553 **criado** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email:antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2022-03-29T08:14:37-03:00

29 Mar 2022, 08:16:52

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2022-03-29T08:16:52-03:00

29 Mar 2022, 08:17:13

ANTONIO ERBETH **Assinou** (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd) - Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br - IP: 177.105.192.2 (blockbit-utm.libnet.com.br porta: 17216) - [Geolocalização: -1.4404563 -48.472391](#) - Documento de identificação informado: 571.969.823-04 - DATE_ATOM: 2022-03-29T08:17:13-03:00

Hash do documento original

(SHA256):3c278fbab0430041e36f370b197c2a9915d5db481e607dcad82805a08376e378

(SHA512):6125d32d8ca2ec0a802c255e162da6f00c7d86d7de31b56b8dfb906aa8ad91edd2aaf60145b7f313a1267e2a709b52a5e08078a55a6d918ad82061018bc4c48e

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign